



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000348306

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003500-22.2023.8.26.0529, da Comarca de Santana de Parnaíba, em que é apelante/apelado ESTADO DE SÃO PAULO, é apelada/apelante ELISABETE NUNES GUARDADO.

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANA LIARTE (Presidente) E PAULO BARCELLOS GATTI.

São Paulo, 7 de abril de 2025

OSVALDO MAGALHÃES

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 37.742/25

APELAÇÃO Nº 1003500-22.2023.8.26.0529

COMARCA:

APELANTES/APELADOS:

AUTORA: ELISABETE NUNES GUARDADO

RÉUS: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO e OUTRO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AUXÍLIO-SAÚDE. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

I. Caso em Exame

1. Ação ordinária proposta por procuradora aposentada contra o Estado de São Paulo e São Paulo Previdência – SPPREV, visando o pagamento de "auxílio saúde" referente ao período de janeiro a agosto de 2022, conforme Resolução PGE nº 38/2021. Sentença de extinção do processo, sem resolução do mérito em relação à SPPREV e julgou procedente em relação à FESP.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em saber (i) se o "auxílio saúde" pode ser estendido a procuradores aposentados, e (ii) se a SPPREV deve integrar o polo passivo da ação.

III. Razões de Decidir

3. A Resolução PGE nº 38/2021 limita o benefício aos procuradores em atividade, mas a Resolução PGE nº 35/2022 estendeu o benefício aos aposentados, assegurando paridade conforme a Lei nº 1.270/2015.

4. A SPPREV não possui ingerência sobre o fundo que custeia o benefício, sendo a Procuradoria Geral do Estado a responsável, justificando a ilegitimidade passiva da SPPREV.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recursos desprovidos.

Tese de julgamento: 1. O "auxílio saúde" é uma vantagem geral e deve ser estendido aos procuradores aposentados com direito à paridade. 2. A SPPREV não é parte legítima para figurar no polo passivo.

Legislação Citada:

CF/1988, art. 2º; CPC, art. 485, VI; Lei Complementar Estadual nº 1010/2010, art. 3º, I e II; Lei nº 1.270/2015, art. 111; EC nº 41/2003; EC nº 47/2005.

Jurisprudência Citada:

TJ-SP, RI nº 10207937520238260053, Rel. Jayme Garcia dos Santos Junior, 3ª Turma – Fazenda Pública, j. 26/10/2023;

TJ-SP, Apelação nº 1017510-78.2022.8.26.0053, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Kleber Leyser de Aquino, j. 08/11/2022.

I – Trata-se de ação ordinária promovida por Elisabete Nunes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Guardado, procuradora do estado já aposentada, em face do Estado de São Paulo e da São Paulo Previdência – SPPREV, objetivando a condenação das rés ao pagamento dos valores referentes ao “auxílio saúde” instituído pela Resolução PGE nº 38/2021, atinentes ao período entre janeiro a agosto de 2022.

A r. sentença de fls. 79-85, cujo relatório se adota, extinguiu o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, em face da corrê São Paulo Previdência – SPPREV, tendo, por outro lado, julgado procedente a demanda em relação à FESP.

Inconformado, recorre o Estado de São Paulo, sustentando, em resumo, que o benefício previsto na Resolução PGE nº 38/2021 tem natureza indenizatória e seu pagamento não pode ser estendido para os procuradores inativos, uma vez que a citada resolução prevê apenas os procuradores em atividade como beneficiários. Acrescenta, nessa linha, que não pode o Judiciário estender o pagamento da verba ao argumento da isonomia, sob pena de ofensa à Súmula Vinculante 37. Aduz que a resolução foi editada conforme a discricionariedade administrativa conferida ao Procurador Geral do Estado de São Paulo, única autoridade competente para efetuar a gestão dos recursos oriundos dos Fundos Especiais de Despesa da PGE, *“fazendo-o à luz das previsões legais orçamentárias, da disponibilidade financeira e da legislação de regência aplicável à espécie, de sorte que a interferência do Poder Judiciário afronta também o artigo 2º da Constituição da República”*. Por fim, requer a inversão do julgado (fls. 92-104).

A autora, por sua vez, interpôs recurso adesivo, argumentando, em resumo, que a SPPREV deve ser mantida no polo passivo, observando-se os termos da Lei Complementar Estadual nº 1010/2010, *“em especial o seu artigo 3º, incisos I e II”* (fls. 111-113).

Recursos regularmente processados e respondidos.

É o relatório.

II – Os recursos, “*data venia*”, não comportam acolhimento.

No caso dos autos, repita-se, a autora, Procuradora do Estado de São Paulo já aposentada, pretende que lhe sejam pagos os valores referentes ao “auxílio-saúde” instituído pela Resolução PGE nº 38/2021.

Afirma a demandante que ao instituir o pagamento de um benefício custeado pelos recursos do Fundo de Administração da PGE, a aludida Resolução não poderia ter excluído os Procuradores do Estado aposentados que fazem jus à integralidade e à paridade salarial. Nessa linha, argumenta que o pagamento da benesse é realizado independentemente de o Procurador “*exercer qualquer função especial, trabalho extraordinário, ou mesmo na realização de qualquer despesa decorrente da condição de ativo*”, o que evidencia o direito dos inativos à percepção.

Assim, por considerar ilegal a norma editada pelo Procurador Geral, pretende a condenação dos requeridos ao pagamento dos valores referentes ao “auxílio saúde” devido desde a data da vigência da Resolução PGE 38/2021 até o advento da Resolução PGE nº 35/2022, que estendeu o benefício aos procuradores aposentados (fls. 1-12).

Estabelecidos tais fatos, faz-se necessário anotar, a princípio, que era mesmo o caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva da São Paulo Previdência – SPPREV.

Nesse sentido, a Resolução PGE nº 38, de 17 de dezembro de 2021, ao regulamentar o benefício concernente ao “*ressarcimento, total ou parcial, de despesas havidas pelo Procurador do Estado em atividade e em exercício na Procuradoria Geral do Estado com planos de assistência à saúde*”, estabeleceu, em seu art. 1º, que o custeio se daria mediante a utilização de recursos do Fundo de Administração da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE).

Por sua vez, segundo a Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, compete apenas à Procuradoria Geral do Estado gerir e administrar os fundos especiais de despesa que lhe são afetos (art. 3º, inciso XX), pelo que se infere que a SPPREV não detém qualquer poder de ingerência sobre a fonte de custeio do benefício em questão.

Assim sendo, inobstante a condição da autora de aposentada, tem-se que o ente estatal era mesmo o único legitimado a ocupar o polo passivo da demanda.

Sobre o mérito propriamente dito, estabelece o artigo 252 do Regimento Interno desta Corte que o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la.

Outra não é a situação que se verifica dos autos, uma vez que a r. sentença recorrida, no essencial, bem estabeleceu procedência da ação, destacando-se do decidido:

“A Resolução da PGE nº 38/2021 instituiu o benefício de auxílio-saúde, que se refere ao ressarcimento total ou parcial das despesas efetuadas com planos de assistência à saúde de livre escolha do beneficiário, mediante a utilização de recursos do Fundo de Administração da Procuradoria Geral do Estado.

Ocorre que, referido benefício foi conferido apenas aos procuradores do Estado em atividade, conforme estabelece o artigo 1º da referida Resolução:

'Artigo 1º. Os recursos da unidade gestora 400030 Fundo de Administração da PGE poderão ser onerados para ressarcimento, total ou parcial, de despesas havidas pelo Procurador do Estado em atividade e em exercício na Procuradoria Geral do Estado com planos de assistência à saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário, na forma estabelecida nesta Resolução'. Destaquei.

Após, em setembro de 2022, foi editada a Resolução PGE nº 35/2022, estendendo o benefício aos procuradores inativos, em razão da garantia prevista no artigo 111, da Lei nº 1.270/2015 (Lei orgânica da PGE/SP), que assim dispõe:

'Artigo 111 - O Procurador do Estado aposentado não perderá seus direitos, vantagens e prerrogativas, ficando-lhe assegurados aqueles atribuídos aos Procuradores do Estado em atividade, salvo os incompatíveis com a sua condição de inativo'.

Além disso, as Emendas Constitucionais nº 41/2003 e nº 47/2005 asseguram ao servidor público inativo o direito à paridade de seus proventos com os vencimentos dos procuradores em atividade.

A propósito, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

[...]

Nesse sentido, são os recentes julgados desse Egrégio Tribunal de Justiça:

'Recurso inominado. Auxílio-saúde. Procuradores do Estado inativos. Pretensão de obter a concessão do benefício que, nos termos da Resolução nº 38/2021 da PGE/SP, ficou restrita aos servidores da carreira em atividade. Autores que se aposentaram com direito à paridade, conferida pelas EC nº 41/2003 e nº 47/2005. Direito assegurado, ainda, no art. 111 da lei orgânica da PGE/SP. Jurisprudência no STF firmada no sentido de que as vantagens genéricas são extensíveis aos servidores inativos. Auxílio-saúde é vantagem de caráter geral e não atrelada ao exercício da carreira. A não extensão aos inativos consistiria em violação ao direito à paridade. Precedentes deste Colégio Recursal. Recurso improvido. (TJ-SP - RI:10207937520238260053 São Paulo, Relator: Jayme Garcia dos Santos Junior, Data de Julgamento: 26/10/2023, 3ª Turma – Fazenda Pública, Data de Publicação: 27/10/2023)'. Destaquei.

Portanto, assiste razão à parte autora quanto à concessão do auxílio-saúde”.

Na hipótese em comento, ademais, acrescente-se que o pagamento do benefício instituído pela Resolução PGE nº 38/2021 não está atrelado ao exercício de qualquer função ou atuação específica dos Procuradores da ativa.

Assim, por se tratar de vantagem geral e genérica, era mesmo o caso de se estender o pagamento aos Procuradores aposentados com direito à paridade e integralidade de vencimentos, como é o caso da autora, a qual, frise-se, faz jus a quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade posteriores à aposentação.

Confira-se, nessa linha, precedente desta Corte de Justiça tirado de caso análogo ao ora analisado:

“APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO MANDADO DE SEGURANÇA PROCURADORES DO ESTADO APOSENTADOS Pretensão ao reconhecimento do direito ao “auxílio saúde” instituído pela Res. PGE nº 38, de 17/12/2.021 Sentença de concessão da ordem, para inclusão dos apelados SANDRA, MARIA RITA, SEBASTIÃO, GISELE, REGINA e LUCIA no rol de beneficiários do ressarcimento previsto na Res. PGE nº 38, de 17/12/2.021, desde a data da vigência da norma, garantindo-lhes, também, pleno acesso aos sistemas para informação dos gastos e operacionalização dos pagamentos semestrais Pleito de reforma da sentença para que a ordem seja denegada Não cabimento PRELIMINAR Ilegitimidade de parte passiva Afastamento Procuradora Geral do Estado de São Paulo que é a única autoridade administrativa legalmente competente para gerir as verbas do Fundo Especial de Despesas da Procuradoria Geral do Estado (Fundo de Administração da PGE), que custeia o pagamento do benefício “auxílio saúde” ora almejado pelos apelados acima nomeados, conforme art. 55, I, da LCE nº 93, de 28/05/1.974 Ademais, a SPPREV, entidade indicada pela apelante FPESP como competente, não tem poder de ingerência sobre o fundo que custeia o pagamento do “auxílio saúde”, pago diretamente pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo aos Procuradores do Estado MÉRITO Aplicação da sistemática prevista pelo art. 7º, da EC nº 41, de 19/12/2.003 e art. 3º da EC nº 47, de 19/12/2.005, vigente à época da aposentação dos apelados acima indicados, que garante aos servidores que ingressaram até 19/12/2.003 no serviço público a integralidade e paridade dos proventos Resolução PGE nº 38, de 17/12/2.021, estabelece o direito de ressarcimento total ou parcial, de despesas com planos privados de assistência à saúde aos Procuradores do Estado em atividade Vantagem geral e dissociada do exercício de qualquer atividade ou atuação específica por parte dos Procuradores do Estado Inexistência de pertinência lógica com o trabalho (“pro labore faciendo”) Benefício de auxílio saúde que deve ser estendido aos apelados aposentados acima citados, em razão do direito à integralidade e paridade Sentença mantida APELAÇÃO e REEXAME NECESSÁRIO não providos” (Apelação nº 1017510-78.2022.8.26.0053, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Kleber Leyser de Aquino, j. 08/11/2022).

Logo, incorporados os fundamentos supracitados (*considerando-se, inclusive, que o STJ não conheceu do AREsp 2474808/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO; e o STF negou seguimento ao ARE 1508139/SP, Rel. Min. LUÍS ROBERTO BARROSO, no tocante ao precedente acima colacionado*), tem-se que a procedência da demanda era mesmo medida de rigor.

Por fim, reitere-se, assente o entendimento de que as peculiaridades



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

retratadas para o recebimento do "auxílio saúde" não o descaracteriza como benefício de "caráter geral", desvinculado do exercício da função dos servidores, devendo aplicar-se a todos os Procuradores do Estado do Estado, da ativa e aposentados, irrelevante se apresenta, para a solução da lide, argumentação acerca do entendimento consolidado no Tema 156/STF e, também, na Súmula vinculante 55/STF, porquanto inaplicáveis na espécie.

Em razão da sucumbência recursal das partes, impõe-se a majoração da verba honorária arbitrada na origem em 2% (dois por cento), conforme artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, pelo meu voto nego provimento aos recursos.

OSVALDO MAGALHÃES
Relator